



Asociación de Universidades
GRUPO MONTEVIDEO



XIII SEMINÁRIO INTERNACIONAL PROCOAS

*COMITÊ de PROCESSOS COOPERATIVOS e ASSOCIATIVOS
ASSOCIAÇÃO de UNIVERSIDADES GRUPO MONTEVIDÉU*

**9, 10 e 11 de outubro de 2017
São Paulo - Universidade de São Paulo - USP
Brasil**

***AUTOGESTÃO, COOPERATIVISMO E ECONOMIA SOCIAL e SOLIDÁRIA:
EXPERIÊNCIAS LATINO AMERICANAS***

Chamada de Trabalhos

ORGANIZAÇÃO:

Comitê de Processos Cooperativos e Associativos - Procoas

Associação de Universidades Grupo Montevideu - AUGM

Universidade de São Paulo - USP, Cidade Universitária, São Paulo – SP (Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – ITCP, e Núcleo de Economia Solidária- NESOL)

Universidade Federal de São Carlos – Campus São Carlos – SP

Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Assis - SP

INTRODUÇÃO

A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo (ITCP-USP), o Núcleo de Economia Solidária da USP (NESOL-USP), o Núcleo Multidisciplinar Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária da Universidade Federal de São Carlos (NUMI-UFSCAR), a Incubadora de Cooperativas Populares da Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Campus de Assis -, e o Comitê Acadêmico de Processos Cooperativos e Associativos (PROCOAS) pertencente à Associação de Universidades Grupo Montevideu (AUGM), têm a satisfação de anunciar a realização do XIII Seminário Internacional PROCOAS.

A Associação de Universidades Grupo Montevideu (AUGM) é uma rede de universidades públicas da América Latina e tem como objetivos: contribuição para o fortalecimento e consolidação de comitês acadêmicos de pesquisa e extensão; investigação científica e tecnológica - incluídos os processos de inovação, adaptação e transferência tecnológica em áreas estratégicas; formação contínua e atualizada dos cidadãos; interação dos universitários com as comunidades - difundindo os conhecimentos que potencializam seu desenvolvimento e melhoria de vida.

O Comitê de Processos Cooperativos e Associativos da AUGM (PROCOAS) é um espaço inter universitário que tem como objetivos a abordagem dos processos cooperativos e associativos e da Economia Social e Solidária na perspectiva da docência, pesquisa e extensão. Tem a finalidade também de fomentar e promover estudos dos processos coletivos, associativos e cooperativos a partir de programas conjuntos de intercâmbio, eventos acadêmicos e pesquisas conjuntas.

FUNDAMENTAÇÃO

O XIII Seminário Internacional PROCOAS será realizado pela terceira vez no Brasil. A conjuntura política e econômica atual de diversos países latino-americanos corrobora a relevância do evento que coloca em pauta modelos de produção e de organização da sociedade. Os aspectos abaixo apresentados colocam em destaque a oportunidade do evento:

A. A Economia Social e Solidária na América Latina tem sido fonte de reflexão crítica acerca da construção de um modelo de desenvolvimento econômico pautado na valorização humana, igualdade de gênero e no bem viver das atuais e futuras gerações.

B. A Economia Social e Solidária conjuga práticas econômicas com prioridade no desenvolvimento humano, na superação da miséria e da pobreza ainda reinantes em nossas sociedades, em contraponto à tradicional valorização do capital e da competitividade. Estas práticas econômicas são marcadas pelo associativismo, cooperativismo popular e autogestão nas relações de produção, comercialização, consumo e finanças.

C. São diversas as formas atuais de organização dos empreendimentos econômicos, sociais e solidários (EES) em nossos países da América Latina: associações de produtores, cooperativas de produção, empresas autogestionadas, grupos de produção, fábricas recuperadas, clubes de trocas, redes de compras e de vendas, centrais de cooperativas, bancos e finanças solidárias, entre as principais.

D. As universidades membros da AUGM abordam a perspectiva da Economia Social e Solidária a partir das atividades de ensino, pesquisa e extensão, em diversos setores: agropecuário, trabalho associado, consume saudável, habitação e crédito solidário, entre outros. Além disso, promovem, desde o compromisso da universidade pública, ações que fomentam a democratização, equidade social, igualdade econômica, autonomia e autogestão.

E. No Brasil, a Economia Solidária se desenvolveu a partir dos anos 1990 impulsionada, por um lado, pela redemocratização do país e, por outro lado, pelo agravamento da precarização das relações de trabalho advindas da globalização. As primeiras marcas da articulação da ECOSOL como movimento social ocorreram na primeira década de 2000, a partir dos encontros do Fórum Social Mundial e, posteriormente, em 2003, na criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES-MTE). Foram identificados até hoje mais de 19.000 empreendimentos de economia solidária em todo o Brasil.

F. As universidades brasileiras têm sido espaço importante para a promoção de práticas e reflexões críticas acerca da Economia Social e Solidária por meio de atividades de extensão, pesquisa e ensino. Atualmente, a maioria das incubadoras universitárias encontra-se articulada em duas redes: Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede de ITCPs) e Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (UNITRABALHO). São aproximadamente 100 Incubadoras, instaladas em Universidades Públicas, Privadas e Institutos Federais de Educação.

OBJETIVO GERAL

O objetivo geral do XIII Seminário Internacional PROCOAS é o de promover o debate e a reflexão teórico-prática sobre as experiências de Economia Social e Solidária a partir do princípio da autogestão em suas diferentes expressões na América Latina.

TEMA CENTRAL

Autogestão como princípio fundamental às práticas da Economia Social e Solidária.

A autogestão é uma forma de organização social, caracterizada pela participação direta e democrática das pessoas implicadas na tomada de decisões coletivas. No âmbito da produção, os trabalhadores e trabalhadoras assumem a operação em regime de democracia direta e não há a figura de proprietários, acionistas, nem de sócios-gerentes, pois todos os trabalhadores são donos do empreendimento e participam das decisões administrativas e operacionais em igualdade de condições.

As experiências que tem como referência a autogestão são diversas, mas não podem ser confundidas com uma gestão que mantém a hierarquia e o controle externo do empreendimento por algum organismo ou instância superior como, por exemplo, um partido político, sindicato ou entidade empresarial.

O conceito da autogestão remonta às primeiras experiências históricas de reação dos trabalhadores à exploração capitalista de mão de obra e foi incorporado nas práticas cooperativistas em todo o mundo. A partir deste princípio, foram desenvolvidas tecnologias para mitigar a cisão criada entre quem pensa e quem realiza o trabalho, tornar os processos mais transparentes e garantir acesso às informações, fortalecer a escuta e voz de cada indivíduo e deliberar coletivamente, buscando diminuir assimetrias de poder.

A autogestão não pode ser vista como um fim em si mesmo, mas sim como um processo constante de reflexão e ação sobre as hierarquias cotidianas, geralmente naturalizadas pela nossa cultura. É um processo que vai para além de se pensar em uma democracia direta, desconstruindo a centralização de poder. É uma busca de construção de uma sociedade igualitária; não há autogestão plena em uma sociedade capitalista, que por sua essência é hierárquica.

A autogestão em uma organização pode ser vista como resistência política, um ponto de confluência de lutas e de transformação social. Sua prática propicia, por meio de uma relação dialógica, que os trabalhadores expressem seus acúmulos, aprendizados, histórias e opressões cotidianas, de modo a trabalharem coletivamente e influenciarem as hierarquias relacionadas a diversas identidades como raça, classe, gênero, etnia, orientação sexual, identidade de gênero, entre outras.

Espera-se neste XIII Seminário que deste meandro complexo entre extensão universitária, economia solidária e educação popular surjam inúmeras questões que, longe de se buscar uma resposta unívoca e final, ensejem novos debates e outras tantas perguntas. Parece-nos fundamental tematizar as tensões que essas práticas apresentam em seus diversos contextos, seja interno à universidade (em sua burocracia, modo de gestão, concepções), seja na construção de relações com os atores externos ao mundo universitário

TEMAS ESPECÍFICOS

1. Educação Popular e Extensão Universitária.

A universidade contemporânea está hoje subordinada à aspectos econômicos e utilitários da vida em sociedade. Um dos efeitos nocivos dessa subordinação é principalmente a perda de seu sentido educacional, que é o meio no qual a comunidade humana considera e transmite a sua peculiaridade física e espiritual. A educação não é propriedade individual e pertence por essência à comunidade. O caráter da comunidade imprime-se em cada um dos seus membros e é no Homem animal político (ZOON POLITIKÓN), a fonte de toda a ação e de todo o comportamento.

Apesar de se fazer crer que não há uma disputa por diferentes sentidos para a solução das tensões políticas instauradas no seio da universidade, é fundamental apontar que isto não acontece de forma homogênea e sem divergências. Docentes, funcionários e estudantes acabam por se encontrar em focos de resistência (não apenas reativos, mas propositivos) e disputas por outros sentidos dentro da universidade. Entendemos que é este o lugar da extensão universitária no entendimento da economia social e solidária.

A extensão universitária é um campo privilegiado para a resistência a esse modelo tecno burocratizado de universidade por ser lugar de comunicação de ensino e pesquisa, e que também deve envolver grupos que estão historicamente alijados deste espaço. Consideradas neste contexto e preocupadas com a ação no mundo público, a extensão universitária deve se engajar no presente e construir, junto aos Empreendimentos Econômicos Sociais/Solidários e comunidades e movimentos sociais, novas propostas de resistência a um mundo que insiste em colocar o capital acima do humano.

No interior dessas práticas a educação popular se configura, de um lado, como a própria experiência pedagógica dos atores desse processo e de outro como matriz teórica para a reflexão das práticas. Espera-se neste XIII Seminário, que deste meandro complexo entre extensão universitária, economia solidária e educação popular surjam possibilidades que, longe de representar resposta unívoca e final, ensejem novos debates e outras tantas perguntas. Parece fundamental tematizar as tensões que essas práticas apresentam em seus diversos contextos, seja interno à universidade (em sua burocracia, modo de gestão, concepções), seja na construção de relações com atores externos ao mundo universitário.

2. Consumo Responsável e Comércio Justo

O consumo responsável e comércio justo abarcam as experiências e reflexões que introduzem princípios éticos e de sustentabilidade sócio ambiental. Para além da busca do menor preço nestas relações econômicas, há muitas iniciativas e um acúmulo de reflexões sobre os custos que o capitalismo estrito não contabiliza, como os custos ambientais e sociais.

A partir desta perspectiva é que as iniciativas solidárias de comercialização e consumo responsável buscam reduzir os elos das cadeias econômicas, incentivando as compras diretas e um conhecimento cada vez maior sobre onde, como e em que condições os produtos e serviços são produzidos, comercializados e consumidos.

Desta forma, estas experiências visam construir relações de confiança, transparência e proximidade entre produtores e consumidores, estabelecendo uma remuneração justa pelo trabalho, que permita uma melhoria na condição de vida. Nestas relações os protagonistas não são as empresas que comercializam os produtos, como as grandes redes de supermercado que fazem intermediação, mas os próprios produtores e consumidores.

A Economia Social e Solidária aporta a esta discussão a importância de se construir canais associativos e autogeridos à comercialização e consumo dos produtos e serviços. Dentre estes canais destacam-se as redes de comercialização e consumo.

3. Soberania Alimentar, Agricultura Familiar e Camponesa e Agroecologia

A questão agrária na América Latina é de extrema importância para a compreensão de seus eventos históricos, sociais e econômicos dada a centralidade da agricultura como atividade econômica imposta pelo colonialismo. O latifúndio e o agronegócio são expressões da posição de dependência do continente com relação aos países centrais do capitalismo, dentro de uma divisão internacional do trabalho.

Nesse contexto, a Soberania Alimentar surge como uma pauta de luta relacionada à Via Campesina, em contraposição ao conceito de Segurança Alimentar. Enquanto a discussão da Segurança Alimentar tem como foco o alimento e o abastecimento, a Soberania Alimentar tem como foco o produtor concebendo a alimentação saudável enquanto um direito.

A Soberania Alimentar também abarca como direito dos povos a definição da política agrícola e alimentar. Este ponto é importante, pois atualmente existe uma disputa pelo controle das políticas alimentares: grandes corporações transnacionais fornecedoras de sementes híbridas e agrotóxicos - tecnologias que interessam às monoculturas do agronegócio -, querem ditar aos agricultores como se dará a produção de alimentos.

Na resistência à monocultura e às tecnologias de larga escala, é a agricultura familiar que abastece as nossas mesas, e é ela que emprega os trabalhadores no campo. O agronegócio se volta para a exportação de commodities para o mercado externo, empregando pouco, concentrando a riqueza e socializando diversas externalidades negativas ambientais e sociais decorrentes dos venenos, doenças e riscos à biodiversidade oriundos do uso de transgênicos.

A agricultura familiar, por sua vez, demanda e realiza o desenvolvimento de outros tipos de tecnologia, dado que produz uma diversidade maior de alimentos, voltada ao abastecimento do mercado local sem recursos intensivos em maquinários e químicos e em áreas muito menores. É por isso que a agricultura familiar ganha força quando se alinha com a perspectiva da agroecologia, que a partir de um olhar sistêmico reconhece a importância dos recursos locais, biodiversidade e dos conhecimentos dos processos naturais que envolvem o solo, água, plantas, microrganismos e animais, buscando sinergia entre estes elementos.

A Economia Social e Solidária visa a cooperação e o apoio mútuo enquanto formas de resistência e de viabilização econômica de diferentes formas de existência, satisfazendo as necessidades materiais e profissionais dos trabalhadores rurais da agricultura familiar. A partir da cooperação pode-se atingir mercados, compartilhar logísticas, constituir cooperativas, aproveitar melhor os insumos coletivamente (como máquinas e adubos, etc). Para além disso, o fortalecimento do projeto político do trabalho associado e livre ganha força na identificação do pequeno agricultor com a terra em que trabalha e na própria relação de

trabalho estabelecida entre o trabalhador e a natureza, além de ser alinhado politicamente à proposta normativa de construção de outras relações sociais que vários movimentos camponeses da América Latina estabelecem.

4. Gênero

As questões relativas ao gênero permeiam todas as relações da sociedade, na qual o preconceito sistêmico é reflexo de uma história de dominação patriarcal, que condiciona a mulher ao trabalho doméstico e às condições submissas aos homens. Embora a violência de gênero atualmente seja encarada como crime e violação de direitos humanos, ela continua sendo praticada cotidianamente em suas mais diversas formas e muitas vezes de maneira invisível aos olhos de uma sociedade acostumada e criada com suas raízes machistas.

No âmbito do trabalho, esse “legado” de desigualdade se mostra com muita clareza, como exposto no relatório do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, intitulado “Novo século, velhas desigualdades: diferenças salariais de gênero e etnia na América Latina”. No Brasil, por exemplo, os homens recebem salários 30% maiores que as mulheres, mesmo quando estas possuem um maior nível de instrução. Além disso, são as mulheres que mais sofrem discriminação no mercado de trabalho quando julgadas por critérios como aparência, capacidade e disponibilidade.

Essa relação hierárquica acaba se generalizando muitas vezes de maneira despercebida, mesmo quando estamos nos propondo a tornar a sociedade mais justa e igualitária. Nesse sentido, é fundamental o engajamento na eliminação destas desigualdades dentro da Economia Social e Solidária, discutindo amplamente essas questões e construindo de fato um ambiente autogestionário. Para isso, é preciso pensar a distribuição justa de trabalho e de salários, além de reconhecer e valorizar o trabalho não remunerado e a economia doméstica como imprescindíveis para a manutenção da vida e para o bem estar da sociedade. É tarefa da Economia Social e Solidária envolver-se nesses problemas estruturais que permeiam a sociedade e, de forma crítica, apontar para suas soluções.

5. Raça

É fato que o racismo ainda está presente na sociedade principalmente nos países onde o trabalho escravo praticamente ergueu suas nações, fruto da dominação eurocêntrica que dizimou os povos originários. Esta opressão está enraizada na nossa cultura e, como consequência dessa estrutura, o povo negro continua sendo submetido aos piores empregos, ao genocídio, às desvantagens socioeconômicas, à falta de acesso à cidade e a inúmeras violações de direitos que caracterizam um processo cruel de desumanização da pessoa negra.

A partir de dados como os da pesquisa “Retratos das Desigualdades no Brasil - Gênero e Raça”, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, é possível observar que “enquanto 34,5% dos brancos estão em ocupações com carteira assinada, apenas 25,6% dos negros estão na mesma situação. De forma semelhante, 5,9% dos brancos são empregadores, apenas 2,3% dos negros o são. No outro extremo, 22,4% de negros concentrados em atividades sem carteira assinada e apenas 16,2% dos brancos em mesma posição”.

A dinâmica racista da sociedade impede que a pessoa negra tenha acesso à espaços de poder e de produção de conhecimento, e a de ocupar postos de trabalhos que sejam valorizados e bem remunerados; haja vista a pífia representatividade de pessoas negras nos cargos do governo. Por isso, pessoas negras enfrentam mais dificuldades de ocupar postos de trabalhos, sejam eles formais ou informais. Essa lógica determina que lugar o negro deve ocupar e reafirma a noção de que a escravidão não acabou e que os negros e negras devem somente servir.

Entretanto, a lógica presente na Economia Social e Solidária tem potencial de auxiliar na luta pela igualdade racial, pois o trabalho em cooperação permite inúmeros ganhos subjetivos, como o resgate da voz dos envolvidos, do poder de tomada de decisão e valorização de aspectos das culturas negras como a oralidade e a solidariedade. Embora a Economia Social e Solidária não tenha por si só a capacidade de transformar a estrutura e as desigualdades, ela pode ser vista e usada como um instrumento de enfrentamento dessa lógica, que submete as pessoas negras aos trabalhos mais precários.

6. Tecnologia Social

A concepção da tecnologia social parte da constatação de que a ciência não é neutra, pois está situada dentro do processo de desenvolvimento técnico-científico no seu contexto histórico e na sua relação com a divisão social do trabalho. O cientista está inserido na sociedade e é portador de valores e visões de mundo, estando sujeito a interesses próprios, da sociedade, órgãos de financiamento, classes sociais etc; ou seja, o cientista e sua produção estão inseridos no tecido social e nas suas relações de poder.

No entanto, a ideologia dominante mistifica esse processo ao enxergar a ciência como neutra, desvinculada das relações sociais e submetida à leis próprias dominadas pelos técnicos e cientistas. Portanto, o desenrolar técnico-científico acaba sendo determinado pelo que podemos chamar de poder tecnocrático que define as decisões de natureza técnica. Esse poder é exercido pelos sujeitos legitimados socialmente enquanto portadores desse saber das leis do campo tecnológico. No capitalismo, esses sujeitos são financiados e estão em grande medida alinhados ideologicamente com os interesses das grandes corporações, governo e universidades, que formam um metabolismo de produção técnico-científica a serviço da reprodução da acumulação do capital. As decisões tecnológicas tomadas por

essa “classe” moldam toda organização do trabalho, estabelecendo como os trabalhadores se relacionarão com suas atividades e uns com os outros.

A tecnologia social, em contraposição, alimenta-se do horizonte normativo da emancipação humana e da autogestão. Ela busca ser o substrato da reprodução de outros valores, inserida no processo de construção de uma sociedade fundada em relações de trabalho que valorizam a cooperação, o desenvolvimento de habilidades, a aprendizagem permanente, a democracia na produção, outras cosmologias ambientais e o fim da separação entre concepção e execução. Portanto, os sistemas técnicos construídos nessa perspectiva devem incluir os trabalhadores enquanto produtores de tecnologia, e não só consumidores, que seguirão desenvolvendo os artefatos coletivamente em sua relação com a realidade do trabalho. Além disso, devem incentivar a iniciativa individual e coletiva na produção, a partir da materialização de artefatos (hardware), sistemas informacionais e automatizados (software) e de formas de organizar a produção (orgware) que reconheçam a contribuição de cada indivíduo à coletividade.

7. Resíduos Sólidos: Coleta e processamento de materiais reaproveitáveis

O problema dos resíduos tem sido pauta de muitos debates ligados ao meio ambiente e à sustentabilidade. O modo de produção capitalista vigente promove o consumo exacerbado de mercadorias e, conseqüentemente, há um grande descarte de produtos e embalagens. É sabido que as indústrias recorrem à estratégias de aceleração do consumo, inclusive por meio da redução da vida útil dos produtos (obsolescência programada). Além disso, a cultura do consumo caracterizada pelo descarte extemporâneo (obsolescência perceptiva) aumenta em nível exponencial o volume de resíduos gerado pela sociedade.

Dentro da temática dos resíduos sólidos e da coleta seletiva para além do meio ambiente, é importante destacar a presença de catadores e catadoras de resíduos sólidos, que são os responsáveis por coletar, triar e gerar renda à partir dos materiais recicláveis, reinserindo uma boa parte do que seria destinado a aterros e lixões na cadeia produtiva. São as pessoas que na prática se responsabilizam pelas operações que as empresas e os governos deixam de cumprir. Fazem, além do serviço ambiental, uma movimentação positiva na economia por economizar gastos com aterro e transformá-los em fonte de renda. Ao contrário do que deveria acontecer, em vez de serem reconhecidos e devidamente pagos por isso, acabam sendo um dos setores mais explorados da sociedade, e com um trabalho extremamente precarizado.

A Economia Social e Solidária atua nesse meio principalmente através do fomento às cooperativas, que se articulam para coletar e triar os materiais de forma organizada, além de vendê-los em maior quantidade, garantindo um preço melhor. A organização das cooperativas se dá de forma autogestionária, fazendo com que cada indivíduo tenha o mesmo poder

sobre as decisões da cooperativa e a mesma participação, sendo possível gerir o trabalho de forma justa e democrática, valorizando os trabalhadores e trabalhadoras.

8. Finanças Solidárias

As experiências de Finanças Solidárias compreendem os Clubes ou feiras de trocas, Fundos Rotativos Solidários, os Bancos Comunitários de Desenvolvimento e Cooperativas de Crédito Solidário. Trata-se do conjunto de serviços e produtos financeiros e pedagógicos que fomenta e contribui para o crescimento e a consolidação da Economia Solidária, fortalecendo seus empreendimentos, suas organizações, seus trabalhadores, mobilizando, organizando e fornecendo os recursos financeiros necessários com vistas à democratização do acesso a esses recursos. Propõe, portanto, a rearticulação das ferramentas financeiras às noções de desenvolvimento, território, produção e organização comunitária, tornando-as instrumento das necessidades coletivas, sem finalidade especulativa nem separação entre donos e usuários de capital.

Essas experiências de autogestão possuem uma dimensão pedagógica, possibilitando a seus atores um engajamento em aprendizados a respeito do mundo das finanças e de como podemos transformá-lo para uma lógica solidária; seus participantes apropriam-se das ferramentas financeiras a partir de um olhar crítico ao mundo financeiro.

As Finanças Solidárias também possuem um vínculo especial com o território, um lugar privilegiado para a articulação da Economia Solidária, não apenas na oferta de serviços, mas também na mobilização de empreendimentos, espaços de debate e ação conjunta. As práticas de Finanças Solidárias estão implicadas e permeadas das relações econômicas de determinado território, por isso fazem parte do trabalho dessas experiências não apenas a compreensão das relações econômicas que se dão no território, mas a potencialização de ações econômicas solidárias, fortalecendo a construção de outro desenvolvimento. Dentro dos territórios, as Finanças Solidárias também podem ser entendidas como uma maneira de apropriação contra-hegemônica das finanças, com instrumentos vinculados às dinâmicas locais e suas relações sociais, potencializando os recursos e riquezas presentes.

O Seminário é uma fecunda oportunidade de socialização e encontro dessas experiências, permitindo o aprofundamento de questões que, a despeito da multiplicidade das iniciativas, convergem para uma mesma luta frente ao sistema financeiro capitalista.

9. Saúde Mental

O Movimento de Saúde Mental tem origem na luta antimanicomial e em experiências que visam desenvolver a saúde mental a partir da perspectiva da autonomia dos usuários, em oposição ao tratamento hospitalo-cêntrico, realizado nos manicômios. Assim, o trabalho te-

rapêutico deixa de ser focado na separação, passando à construção de laços sociais entre pessoas nas suas moradias, trabalho e comunidade.

A vivência das diferenças é compreendida enquanto condição *sine qua non* para um aprofundamento das nossas relações democráticas de modo a ocorrer uma profunda transformação social. Neste sentido, a Economia Social e Solidária aproxima e se integra ao movimento da luta antimanicomial, contrapondo-se às relações capitalistas que excluem o diferente, focando na produtividade cega e no lucro a todo custo.

As iniciativas que articulam a Economia Social e Solidária à Saúde Mental possibilitam a construção de autonomia de pessoas com distúrbios, tanto no interior dos Empreendimentos Econômicos Solidários como fora dos empreendimentos, a partir do aumento da autoestima e da construção da autonomia e geração de renda. Os processos de decisões autogestionárias não excluem a loucura, pois todas as pessoas são ouvidas e seus posicionamentos constroem, de fato, os coletivos.

Outro aspecto instigante destas experiências é o fato da construção dos processos ser realizado entre os diferentes, pessoas loucas e não loucas das mais variadas raças, gêneros, etnias orientações sexuais, identidade de gênero e idades. É somente por meio do encontro entre estes atores que uma sociedade plural, onde todas as pessoas são cidadãs e sujeitos de direitos, pode ser criada e implantada. Nestes ambientes, os seres podem exercitar a sua criatividade, ter relações de trabalho humanas onde as suas peculiaridades, dificuldades e potências podem ser integradas em um todo transformador.

Isto posto, neste eixo buscamos nos aprofundar nestas iniciativas e refletir sobre como a articulação da Economia Social e Solidária e da Saúde Mental está sendo realizada na prática, suas conquistas, e os seus principais desafios e potencialidades.

10. Políticas Públicas

Nos últimos anos, em diversos países da América Latina, houve uma ampliação e institucionalização das políticas de fomento a Economia Social e Solidária (que, em alguns casos, incentivaram a criação de cooperativas, empresas autogestionária, iniciativas de comércio justo, etc). Porém, em que medida estas estão consolidadas como políticas de Estado ou são apenas programas de governos? Esta é uma questão central que envolve discutir e pesquisar quais são as fragilidades e limites das ações governamentais de fomento à Economia Social e Solidária.

Há diferentes tipos de políticas públicas que fortalecem o Movimento de Economia Social e Solidária que vão desde políticas de educação, compras públicas dos empreendimentos, promoção ao desenvolvimento territorial na perspectiva da Economia Social e Solidária,

financiamento através de fundos públicos de investimento, iniciativas de finanças solidárias e, também, das voltadas às empresas

Diversas destas políticas se caracterizam pela transversalidade e se referem, por exemplo, à geração de trabalho e renda voltadas ao desenvolvimento local, territorial e sustentável, mas também podem fazer conexão com políticas de meio ambiente (resíduos sólidos/catadores), agricultura (agroecologia/agricultura familiar), gênero (quando são voltadas especificamente para mulheres, travestis, transexuais, etc), saúde pública (saúde mental, segurança alimentar), direitos humanos (população de rua, vítimas de violência, imigrantes/refugiados, juventude periférica, população em extrema vulnerabilidade), entre outros. Neste sentido, as políticas podem ser executadas em vários órgãos e/ou instâncias e seu orçamento também pode estar pulverizado nos diversos níveis de governo.

Outro aspecto desafiador da implementação das políticas públicas são as legislações e marcos legais relacionados à Economia Social e Solidária, ou que influem diretamente na conduta dos empreendimentos. Para consolidar um marco legal relativo ao tema é preciso percorrer um longo caminho: construção da legislação, apresentação, tramitação, aprovação e, posteriormente, sua regulamentação e implementação de direito.

Estas são algumas questões importantes para serem discutidas durante o Seminário, sobretudo aproveitando seu caráter internacional, que permite ampliar as trocas de experiência e estratégias para uma implementação mais eficaz e perene destas políticas.

11. Comunidades Tradicionais

As comunidades tradicionais se organizam de forma específica e própria, utilizando-se normalmente de recursos naturais para sua sobrevivência e contribuindo para a gestão de tais recursos. Dentre elas estão: caiçaras, ribeirinhas, quilombolas, indígenas, entre outras. Sua organização social, econômica e cultural diverge dos moldes capitalistas de produção, dado o foco que existe na sobrevivência em um âmbito sustentável, utilizando conhecimentos e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Neste sentido, existem muitas contradições e dificuldades dessas comunidades se manterem sem que hajam conflitos. A lógica capitalista não condiz com o ritmo e os meios de sobrevivência de tais comunidades, que são, em sua maioria, prejudicadas pela atividade turística e capitalista em excesso, e por conflitos com o Estado, que muitas vezes busca preservar o local e a natureza de forma “intocada”, ou seja, sem considerar as populações que interagem nestes locais há gerações.

A população de tais comunidades têm resistido aos ataques capitalistas e estatais, enfrentando, muitas vezes, a miséria e falta de infraestrutura, por não terem condições de

competir economicamente com o mercado capitalista. Como forma de alternativa, muitas comunidades possuem uma economia que se assemelha muito com a Economia Social e Solidária, sendo esta uma alternativa para a sua sobrevivência e preservação das formas de vida mais tradicionais. Dentre estas iniciativas destacamos as de turismo de base comunitária, agricultura ecológica e socialização das iniciativas culturais.

12. LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais)

A Economia Social e Solidária atua, desde seu início, com pessoas ditas excluídas do sistema capitalista, mas que dele são parte fundamental. Neste sentido, só existe o normal, o incluído, o privilegiado, porque existe o anormal, o excluído e o desprivilegiado. São as maiorias ainda silenciadas que fazem este sistema existir.

Com presença forte dos debates de raça, gênero, etnia, saúde mental, entre outros, a Economia Social e Solidária se coloca enquanto uma importante aglutinador de lutas, e transformador de relações sociais, visando extinguir as diversas opressões que vivenciamos cotidianamente. Mesmo tendo esta perspectiva, as questões de orientação sexual e identidade de gênero ainda foram pouco aprofundadas nos espaços da Economia Social e Solidária. No Brasil, por exemplo, somente na última conferência foi incluído estes temas para o debate acerca das desigualdades e opressões. Nos encontros e dentro dos empreendimentos, poucos LGBTs são vistos, mostrando ainda uma necessária aproximação entre a Ecosol e movimento LGBT.

Na década de 80, houve o surgimento de um importante grupo da história do movimento LGBT no Brasil, o SOMOS, nome expressivo que se colocou de maneira afirmativa. O grupo possuía uma organização autogestionária, com coordenações e subgrupos rotativos, mostrando que as articulações com a Economia Social e Solidária já poderiam ter ocorrido há algum tempo.

Atualmente, existe uma grande quantidade de travestis e transexuais que são repelidas de suas famílias e escolas e acabam tendo como única perspectiva serem profissionais do sexo, exploradas pela cafetinagem, ou outros trabalhos extremamente precarizados. É neste contexto que a Economia Solidária pouco se aproxima.

A Economia Social e Solidária se coloca enquanto autogestionária e só pode existir com movimentos constantes de desconstrução de toda forma de opressão e hierarquização. Devem existir não somente reflexões aprofundadas sobre gênero, raça, geração, etnia, saúde mental e deficiência, mas também questões de orientação sexual e identidade de gênero. Neste sentido, este eixo se coloca com a missão de aglutinar reflexões e aproximações destas questões.

METODOLOGIA

A estrutura metodológica do XIII Seminário contará com dois espaços distintos de discussão, reflexão e debate: as mesas e os Grupos de Trabalho. Nas mesas, o objetivo é uma discussão mais ampliada de temas centrais. A primeira será sobre a autogestão nas experiências do Cooperativismo e Economia Social e Solidária, com enfoque na América Latina; e a segunda mesa será sobre as perspectivas de reação às crises política e econômica, contando com a presença de representantes dos movimentos sociais.

As atividades nos Grupos de trabalho (GTs) serão realizadas a partir dos temas específicos (apresentados anteriormente neste documento). Iremos agrupar estes temas para discussão nos GTs de acordo com a quantidade e problematizações abordadas.

O espaço dos GTs será dividido em três momentos distintos (realizados em dias diferentes, como pode ser visto na programação abaixo) :

a) Discussão temática

Cada GT contará com um coordenador que, no início, fará uma síntese dos trabalhos, apresentando questões disparadoras para aprofundar o debate. A partir desta, o grupo discutirá o tema do GT, apontando os principais desafios, potencialidades e selecionando as questões que foram destacadas na discussão.

b) Sistematização

A partir da síntese trazida pelo coordenador e do registro da discussão do GT, será desenvolvida uma instalação pedagógica para socializar os principais pontos de debate de forma acessível aos participantes do Seminário. Esta instalação deve conter elementos que simbolizam o trabalho inscrito no seminário. (Poesia, músicas, artefatos, pinturas, artes gráficas, etc)

c) Socialização

Durante a socialização, os participantes circulam entre as instalações pedagógicas, com sugestão de 10 minutos em cada, a partir de um rodízio coordenado entre todos. Assim, será realizada parte da socialização dos acúmulos dos Gts, a ser acrescida do relato síntese de cada Gt.

CALENDÁRIO DE TRABALHO

03/05/2017	Lançamento do edital do XIII Seminário PROCOAS
10/05/2017	Início do período para apresentação de resumos expandidos
19/06/2017	Data limite para envio dos resumos expandidos
03/07/2017	Pareceres sobre os resumos expandidos
07/08/2017	Data limite para entrega de trabalhos finais
09 a 11/10/2017	XIII Seminário Internacional PROCOAS

APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS

Para auxiliar na organização prévia do XIII Seminário, os participantes devem enviar um resumo expandido antes do trabalho final (ver calendário).

Os resumos deverão ser enviados até dia **19 de Junho de 2017**, através do formulário: <https://form.jotformz.com/71160293884662>

Requisitos do Resumo Expandido:

Tamanho: de 1.000 a 2.000 palavras. Letra Arial 12 com espaço 1,15. Título do resumo e tema específico

OBS: O método de avaliação será “blind review”, portanto a identificação dos autores estará apenas no formulário de submissão. O arquivo contendo o resumo não deve ser identificado com autores.

O arquivo PDF deverá ser nomeado da seguinte forma: número do tema específico escolhido, seguido do título do resumo. (ex: 1 Incubadoras Tecnológicas Populares.pdf)

Normas para a apresentação de trabalhos finais

Os trabalhos finais poderão ser apresentados após a confirmação de aceite do Resumo Expandido; até 07 de Agosto de 2017.

Requisitos do trabalho final:

Tamanho: de 4000 a 5000 palavras. Fonte: Time New Roman 12 entrelinhas 1,15.

Deverá conter: Título do trabalho, autor/autores, email, Instituição e tema específico.

Os trabalhos poderão ser apresentados em espanhol ou português.

Referências: Nas referências do texto deverá estar indicado o nome do autor e o ano de publicação. Exemplo: (FREIRE, 1988).

Nas Bibliografia deverá estar apresentada a lista de referências ordenada alfabeticamente por autor(es).

PUBLICAÇÃO

O Comitê Organizador publicará na internet todos os trabalhos finais através de sua página eletrônica.

COMITÉ CIENTÍFICO

O comitê será composto por pesquisadores das seguintes instituições e grupos:

- Comitê de Processos Cooperativos e Associativos - Procoas
- Associação de Universidades Grupo Montevideu - AUGM
- Universidade de São Paulo - USP, Cidade Universitária, São Paulo – SP (ITCP e NESOL)
- Universidade Federal de São Carlos – Campus São Carlos – SP
- Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Assis - SP

PROGRAMAÇÃO DO XIII SEMINÁRIO

A programação detalhada será apresentada a partir de 03 de julho de 2017.

COMUNICAÇÃO

E-mail: xiiiseminarioprocoas@gmail.com

Telefones: 55 (11) 3091-4400/3091-5828

ITCP-USP

COORDENAÇÃO E ORGANIZAÇÃO

O XIII Seminário Internacional é organizado por:

Comitê de Processos Cooperativos e Associativos - Procoas

Associação de Universidades Grupo Montevideu - AUGM

Universidade de São Paulo - USP, Cidade Universitária, São Paulo – SP (ITCP e NESOL)

Universidade Federal de São Carlos – Campus São Carlos – SP

Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Assis - SP